

VOL. 1 — SÉRIE 2

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. do Salitre, 55, 3.º, Lisboa  
ASSINATURA POR SÉRIE: Continente, 60 cent.; colónias, 70 cent.

# PELA GREI

REVISTA PARA O RESSURGIMENTO NACIONAL

PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSCIENTE

DIRECTOR, ANTONIO SERGIO

Orgão da Liga de Acção Nacional

N.º 6



## SUMARIO

*A crise politica*, por Ezequiel de Campos. A SITUAÇÃO ECONOMICA:  
*Falencia; Remedios da crise economica; a valorização da agricultura*, por Ezequiel de Campos. A SITUAÇÃO INTELECTUAL:  
*Breves anotações pedagogicas á ultima reforma de instrução secundaria*, por Antonio Sergio. A SITUAÇÃO MORAL E SOCIAL:  
*Necessidade urgente de uma Constituição Economica*, por Ezequiel de Campos. COMENTARIOS: *Ideas e Factos*, por E. C. e A. S.

PORTO

NA OFICINA DA RENASCENÇA PORTUGUESA

1919

# PRIMA PARTE

Ordem da Liga de Acção Nacional

PRIMEIRA

Assembleia Geral da Liga de Acção Nacional  
Realizada em Lisboa, a 15 de Maio de 1934  
Preliminarmente, a 14 de Maio de 1934

Ordem da Liga de Acção Nacional

Oferta

-0. MAR. 1999

# PELA GREI

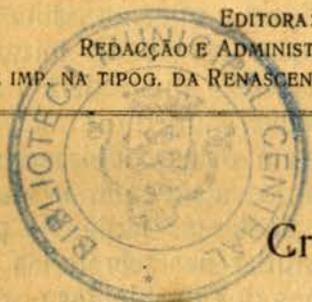
REVISTA PARA O RESSURGIMENTO NACIONAL  
PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSCIENTE

DIRECTOR  
ANTONIO SERGIO

N.º 6  
1.º ANO — 1919

SECRETARIO  
A. REIS MACHADO

EDITORA: Liga de Acção Nacional  
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua do Salitre, 55, 3.º, Lisboa  
COMP. E IMP. NA TIPOG. DA RENASCENÇA PORTUGUESA, R. Martires da Liberdade, 178—Pôrto



## Crise Politica

A crise politica em que nos temos debatido cifra-se n'uma tremenda crise de character, n'uma vergonhosa crise de competencia e n'uma pavorosa crise de trabalho.

Arregimentados quasi só pelo interesse e pela vaidade, muitos homens da politica viram a casaca na madrugada de cada sol nascente, ou rebaixam-se em serventuarios de cada tirano e de cada incompetente ousado e falho de vergonha que tiver escalado o poder — sem cuidarem de saber que problemas nacionaes estão postos ao grupo que vae governar e que soluções prudentes e *eficazes* esse grupo leva nas suas pastas de ministro quando vae apresentar-se ao chefe de Estado. Os da turba rural do Norte são conduzidos como gado, inconscientes, a apoiar cada novo regime. Os operarios mais cultos das vilas e cidades, com as suas reclamações mal amoldadas á prosperidade da Grei, em paralelo com os ruraes do Sul, não têm, porque vacilam e fraquejam tambem de character, a intervenção oportuna e *suficiente* na marcha da politica portugueza.

Mas é sobretudo a falta de character, a pouca vergonha nas convicções politicas dos politicos, inherente á falta de doutrina e de programa *obligatorio* de governação, que faz todas as traições aos regimes, e que fomenta a crise politica.

Uma vergonhosa crise de competencia: antes de cinco de outubro de 1910 (não sei se se lembram) era bem maior preocupação arranjar os meios de derrubar a monarquia que por si mesmo se esfrangalhava, do que estudar os problemas da valorisação nacional

e pesar a provável efficacia das soluções d'elles, congregando ao mesmo tempo os homens que no dia da implantação da Republica seriam capazes de ir gerir os negocios do Estado eficaz e duradouramente, até ao assentamento dos factos angulares da prosperidade da Grei; depois de cinco de outubro de 1910 succedem-se os ministerios republicanos n'uma falencia completa dos vultos prestigiosos do tempo da propaganda, e na mesma falencia dos illustres anónimos que os acasos das revoluções têm atirado para o tablado politico. Os problemas portuguezes ficaram todos eles sem solução, quer na producção e distribuição da riqueza, quer na educação da Grei, quer na valorisação e nacionalisação das nossas terras coloniaes: não se definiu um destino á nação, nem se lhe deram sequer os meios de ela se prover do imprescindível alimento.

Os notaveis e os obscuros passaram pelas cadeiras ministeriaes: a triste realidade das coisas leva-nos a inventariar quasi em zero a efficacia de tanto patriotismo e de tantas fadigas—porque contavam decerto os governantes ir estudar nas secretarias de Estado com os directores geraes as soluções dos problemas portuguezes, em vez de já levarem, por um estudo previo, aturado, essas soluções eficazes nas suas pastas quando lá entraram no primeiro dia. Até para rachar lenha é necessario vocação e tirocinio: que fará para governar gente.

Por seu turno os monarchicos, velhos e novos, nos anos de ostracismo discutiram muito mais os republicanos do que os problemas portuguezes no campo pratico das suas soluções de exito provável. Aferrados a protocolos e a fórmulas anacronicas, contando mais com os padre-nossos do que com a escola, mais com a oração do que com o trabalho *eficaz*, n'um arranjo de vantagem nacional, nunca contrapuseram á incompetencia dos republicanos a propaganda ruidosa d'um ideal mais rendoso e mais nobre para a actividade da Grei, e das soluções mais consentaneas com isso, que eles haviam de realizar quando escalassem o poder.

O facto é que ainda hoje, depois de tantos anos de luctas constitucionaes, não temos sequer os fundamentos d'uma constituição economica e social que dê á Grei a garantia de se dignificar no convívio das nações, pela sua riqueza aproveitada e pelas suas aspirações de ideaes humanos: e o motivo dominante d'isto tem sido a incompetencia dos politicos.

Uma pavorosa crise de trabalho: ás universidades e demais escolas, aos quartéis, ás repartições do Estado—á mesa do Orçamento, enfim—vae toda a escolha dos melhores de cada geração para estes se anularem como factores da valorisação nacional e

para sorverem o fructo do trabalho da restante gente que se valorisa conforme pode pelo seu esforço nas canceiras de todos os dias. A Lavoura, a Industria e o Comercio perderam assim os seus melhores continuadores e elementos de progresso por os terem desviado para a preguiça nacional.

Sobram as tropas em terra e no mar, e têm sobrado os pronunciamentos militares, notem bem, de ha já quasi um seculo a esta parte, sem que os muitissimos milhares de contos que a Grei tem dispendido com aquelas nos tenham estimulado sequer o fabrico do aço para os canhões e blindagens, ou ao menos a serrallharia: não produzimos ferro sequer para uma relha, nem cobre para um fulminante. E se tem sobrado metralha e espingardas para nos matarmos, n'uma fraternidade de selvagens, nas continuas revoluções, tivemos de ir pedir e comprar aos estrangeiros todo o armamento para a guerra na Europa e na Africa: porque não as tinhamos nos nossos arsenaes, feitas por nós.

Estão repletos de engenheiros, de conductores, de architectos as secretarias; mas os governos, que têm continuado a admitir mais pessoal d'estas especies, não têm sabido aproveitá-lo no estudo dos recursos economicos do paiz europeu e colonial, nem na sua valorisação: ignoramos tudo dos nossos rios desde as nascentes ás fozes — que terras podem regar e como; que energia podem dar e por quanto; que navegação podem ter e a que tarifa; que novos valores agricolas, industriaes e commerciaes podem estimular e alimentar. Rios e torrentes selvagens; portos rudimentarissimos, desapetrechados, sem ligações ferro-viarias . . .

As estradas são uma vergonha na construcção e na conservaçon: não ha uma britadeira mecanica, mas paga-se cada metro cubico de brita de má pedra por elevadissimo preço; não ha cilindros mecanicos; não se emprega nenhum dos processos rendosos e economicos de construir e conservar as estradas; como faltam muitissimos quilometros de estradas necessarias a tantas regiões.

A rede de caminhos de ferro é deficiente; e a exploração d'elles é um cumulo de falta de rendimento no trabalho dos transportes: apodrecem os sacos de carvão e os montes de palha enfardada nas estações do Sul e Sueste . . . os comboios lembram um desfilar de socata, barulhenta, suja, incomoda e a deshoras.

Os edificios publicos sorvem em cada ano muitas centenas de contos — quanto bastaria para, em trabalho rendoso, se irem fazendo os nossos elementos de progresso mais fundamentaes; apesar d'isso estão mal conservados, e não ha outros que são necessarios. E assim o resto do fomento.

— Que dizer também da ineficácia, do desaproveitamento da gente dos outros serviços públicos na Agricultura, Industria, Comercio, Justiça, Instrução, etc.? — Batalhões e batalhões de burocratas, a suar de preguiça, a mandibular o Orçamento que, apesar de tão quantioso, só dá umas migalhas a cada funcionário...

Emquanto a burocracia, desproporcionadamente numerosa em relação ás necessidades da Grei, e espantosamente estéril de trabalho útil, consome milhares de contos em companhia das tropas, o resto da gente portugueza não sabe tirar do solo o alimento e as materias primas fundamentaes, não sabe transformar na industria, com energia nacional, as materias primas que nos dessem o mais necessario para o vestuario e para o calçado de todos os portuguezes da Europa e das Colonias; e não sabe nem fazer nem aproveitar uma frota comercial, como não tem riqueza propria, sobras d'alguns dos seus consumos, para valorisar a nação no convívio dos povos — falha também de sciencia e de empreendimentos em ideal humano com que se dignifique no conceito das nações.

Em resumo: um charco de caranguejos a guerrearem-se pela fatia do Orçamento; bandos armados á compita da melhoria do soldo e do rancho — a Preguiça nacional a devorar o fructo do mal organizado trabalho da Grei explorada e envilecida.

Todos os governos vem com a «missão de manter a ordem e defender a Republica para assegurar á nação um periodo de tranquillidade e progresso»; mas cada restabelecimento da ordem dá apenas como resultado immediato uma nova desordem, porque os politicos só cuidam da ordem policial, sem atenderem á reforma da vida portugueza que possa garantir a Ordem Social, fundamentada como esta ha-de ser no trabalho harmonico da Grei, só obtido por uma governação com doutrina e finalidade — incompativel com a ousadia dos incompetentes e a industria dos partidos.

Esperar pela ordem — por essa ordem aparente — para iniciar o tal periodo de progresso é um absurdo: a ordem tem de ser preparada na desordem, por uma governança não meramente policial: nem um chamariz dos conservadores, nem um engodo aos radicaes. A politica, fóra da regedoria, ha-de ter um fim nacional muito claro e comprehensivel de todos, e um programa de realisações economicas, financeiras educativas em harmonia com os problemas portuguezes: ou será uma crise continua de juizo que nos levará á falencia como povo.

## A SITUAÇÃO ECONOMICA

## Falencia

## III—REMÉDIOS DA CRISE ECONÓMICA

## II—A VALORISAÇÃO DA AGRICULTURA:

Metade da gente portugueza da Iberia ocupa-se na cultura da terra; e apesar d'isso não colhe da terra cereaes panificaveis para toda a população: tirando o ano de 1911 e poucos mais, a nossa producção de trigo mal tem bastado para metade da população. Conclúe-se que metade da nossa gente a cultivar a terra só consegue produzir trigo para si mesma, considerando em conjuncto a actividade agricola nacional.

Metade do paiz está sujeito ao regime climaterico atlantico: é abundante de chuvas, tem uma propensão acentuada para a producção de ervas. Apesar de isso é notavel o nosso *deficit* de carne de vaca; e nem a exportação a preços elevados durante a guerra, nem a continuação da carestia actual de toda a carne, trouxe um estímulo forte ao augmento até á suficiencia do nosso gado vacum.

Em parelhas com a falta de carne, vem a falta de gorduras: o azeite nacional não chega para os usos culinarios e das conservas; a manteiga de vaca subiu para preços elevadissimos; a gordura de porco acompanha a carestia dos oleos alimentares.

Faltos de cereaes panificaveis, faltos de carne e de gorduras, tambem de ha muito não temos lãs suficientes e de qualidades proprias, como não temos a suficiencia das outras fibras de producção iberica ou colonial. Tambem não temos couros.—E para exportação quasi só temos, oriundos da terra, o vinho e a cortiça.

*Metade da gente trabalha a cultivar a terra; e não tira do solo nem o alimento, nem as materias primas para o vestuario e para o calçado de toda a gente.*

A terra de metade do paiz anda partilhadissima por um formigueiro de população laboriosa que todos os anos a revolve e tenta desentranhal-a de productos; a outra metade, sujeita á luminosidade crúa e creadora do ceu alemtejano, está, em regra, distribuida por herdades de grande extensão, no regime dos pousios; mas todo o paiz é cultivado na sua terra melhor; não ha incultos em Portugal: toda a terra que merece ser charruada é aproveitada anualmente conforme se afigura mais rendoso á lavoura regional.

De modo que não provêm nem da falta numerica de gente a cultivar a terra, nem da falta de percentagem do paiz em cultura, a nossa pobreza de generos agricolas fundamentaes.

Tambem não é decididamente a falta de productividade intrinseca do solo o motivo de a metade da nossa população total que se entrega ao mister agricola não colher da terra o que nos é mais preciso: ha energia solar como nas terras mais luminosas de igual latitude; ha chuva, mal distribuida embora, mas chuva mais que bastante, mesmo nas nossas terras de verão árido, para uma produção agricola intensa, e rios, ribeiras, fontes e agua subterranea bastantes para uma rega extensa e productiva. Varzeas, veigas, planicies, encostas de outeiros e de montes, e trechos de planalto, tudo terra em muito boas circunstancias de produção, quer na primavera e no verão, quer mesmo no inverno em que as neves não as cobrem, e por isso não lhes estorvam a utilização da luz solar, mesmo então valiosa, quando menos em ervagem rica para o armentio, enquanto uma boa parte da Europa e da America do Norte está regelada. — Pois se não falta gente a cultivar a terra, nem terra com capacidade de produção, porque é esta pobreza de generos agricolas?

É simplesmente porque *o trabalho da gente não é rendoso*: muitas fadigas e muita terra cultivada; mas *não se integra d'um modo productivo o Trabalho na Terra*. A Grei não se adaptou á sua terra; tirámos o paiz aos mouros; mas ainda não lhe possuimos o solo amavelmente.

\*

Não se pode prover remedio á nossa pobreza agricola sem se saber onde estão as causas d'ela.

Accepta-se o paiz tal qual a natureza e o homem o tornaram: com a sua inconstancia climaterica, com boa parte das suas dunas e dos seus montes desarborisados, com os seus rios selvagens, desaproveitados na energia, na rega e na navegação.

— Onde os defeitos da actividade agricola da Gente?

- 1.º — A organização da casa agricola é má, como regra, em todo o paiz;
- 2.º — A ferramenta é pouco rendosa;
- 3.º — Não se fertilisa regularmente a terra;
- 4.º — Não se aproveita convenientemente a agua;
- 5.º — Não se planta e cuida bem das arvores fructiferas; nem se arborisam quando é necessario os montes e as dunas; nem se explora, como convêm, as matas existentes;

6.º—É por sobre todas estas causas da nossa pobreza agricola ha um arranjo defeituoso nas relações do trabalhador rural e do rendeiro com o proprietario das terras.

Em resumo: um cafreal horror á arithmetica da exploração agricola que é a base de toda a remodelação progressiva da lavoura; o pagamento anual de milhares de contos ao estrangeiro pelas substancias alimenticias que nos faltam; e o definhamento, ou pelo menos o jejum obrigatorio a que vimos sujeitando a Grei, — representam o juro da Ignorancia portugueza, motivo ultimo da nossa pobreza agricola.

#### A AGRICULTURA MINHOTA

1.º—*A Organização da casa agricola do Minho.*—Especialmente no paiz ao norte do Tejo, era de quasi suficiencia completa a vida agricola de cada casa de lavoura e de cada concelho: a policultura local abastecia de pão, de carne, de fruta, de linho...

Chegada a vida mais intensa, trazida pela estrada nova e pelo caminho de ferro, adensada a população, não se cuidou de dar um feitio industrial e comercial á lavoura rustica do Norte do paiz: a autosufficiencia ficou até agora como lema de bom governo da casa agricola, sem se cuidar do melhor partido economico da terra, que só minucioso exame numerico podia indicar.

É certo que embora a exploração de cada casa de lavoura seja um problema que admite, em regra, n'um certo periodo uma só solução como mais vantajosa, cada região tem características geraes que dão feitio ao labor agricola colectivo. Assim no Minho, brumoso e bem regado, com relevo excessivo, a utilização das ervagens em carne e leite, em conjuncto com as culturas estivaes, de que o milho toma justamente o valor predominante, deve proporcionar a melhor exploração do solo. Localmente pode o leite para o mercado urbano, ou para o fabrico da manteiga, ser o artigo quasi exclusivo de maximo lucro; ou a horta, ou a vinha, ou a combinação pomologica-horticola, ou a criação de porcos, ou a engorda de bois apresentar-se como a exploração mais vantajosa; mas em regra será a cultura cerealifera, com a pecuaría bovina, que melhor rendimento dará á terra do Minho, sem excluir as outras fontes secundarias de receita inherentes a este tipo de exploração agricola.

É bom notar-se quanto esta vocação regional se quadra bem com as necessidades nacionaes: o milho que dá o pão da nossa gente broeira, secunda a producção de trigo do Sul; a carne de vaca abastecerá boa parte da população, e pode até voltar a sair

para fóra, como nos tempos aureos em que ela ia para a Inglaterra pela barra do Porto.

O problema do maximo lucro da lavoura do Minho, no geral, estará, pois, dependente da producção maxima de forragens, da conservação das que superabundarem n'umas quadras para as quadras de escassez, e da cultura o mais rendosa possivel do milho; certo como é que d'entre os cereaes o trigo e os seus similares são menos adaptados ás condições climatericas do Minho para uma producção assegurada e rendosa, do que o milho.

Ora na organisação actual da exploração agricola minhota nem se cuida da provisão de alimento para o gado, e por isso este rende muito menos do que devia, nem da economia do labor agricola; como tambem não se realisam a fertilisação e a rega convenientes dos campos. Não é isto expressão de critica facil: a experiencia pode mostrar que, sem dificuldade absolutamente nenhuma e sem revolucionar em nada a rotina cultural do Minho, podemos quasi sempre aumentar de metade o rendimento liquido da terra, com o mesmo, ou menor trabalho de cultivo do costume.

Para isso o primeiro assumpto a estudar e a definir é o afolhamento da terra da lavoura e a rotaçáo das culturas: o que se deve cultivar e em que proporção e intensidade.

Até sem excluirmos as regiões restrictas onde o pomar encontra as melhores condições, podemos reduzir aos cereaes—ao milho, trigo, centeio, cevada e aveia—com predominio do milho, aos legumes, com o feijão como o mais importante, ao nabal e ás ervas, o conjuncto das plantas da lavoura minhota. A batata, a cebola e o alho são da horta, minuscula quasi sempre; o linho toma um recanto.

Para se colher o maximo lucro d'uma casa de lavoura, é necessario integrar o melhor possivel em productos valorisaveis a actividade da Terra, dos meios de cultivo e do homem. Como a Terra é, no geral, limitadissima no Minho, e é sempre inextensivel, torna-se indispensavel fazer succeder n'ela as plantas cultivadas, de modo que a luz solar, que é a força productora da lavoura, se vá aproveitando o melhor possivel em generos produzidos, ou em trabalho de melhoramento do solo. Consegue-se isto pelo estudo da capacidade climaterica regional, a que temos de subordinar depois o restante das contas da producção.

No Minho, excluindo alguns trechos, cultiva-se o milho, com o feijão intercalado, em cultura de sequeiro ou de regadio, todos os anos, em quasi toda a terra; de quatro em quatro anos, ou com outro periodo, faz-se a cultura de centeio, ou de trigo, e em seguida

a este o nabal, com erva, vae ocupar a terra do outomno até á primavera, em que volta o milho. Não ha, a bem dizer, um *afolhamento* sistematico— a partilha dos campos da casa de lavoura em grupos ou em trechos de terra que se cultivam em cada ano com umas certas plantas—nem tampouco se segue uma *rotacção* sistematica das culturas, isto é, uma ordem de sequencia das plantas em cada um d'aqueles grupos ou trechos de campos, chamados *folhas*.

Não se aproveita bem a capacidade de producção da terra; porque semeando-se no ano apenas milho n'um terreno, este fica occupado e a produzir só de abril, ou maio, ou junho—da sementeira emfim—até setembro ou outubro, em que se colhe o milho; e no resto do ano, de outubro, pelo inverno fóra, até abril, ficando pousia, só dará uma ervagem magra para o gado. Se depois de se retirar o milho, ou mesmo com este no campo, se semear erva, a mesma terra aproveitará muito melhor a energia solar.

Quando se semeia trigo, que occupa a terra de novembro ao começo de julho, e por entre o trigo, ou depois d'este colhido, se semeia milho restivo, com feijão frade ou sem ele, ou então batata, aproveita-se tambem melhor a luz que o sol dá por ano para a cultura das plantas, do que semeando-se só milho, ou só trigo, ou só plantando batatas. E se por entre o milho restivo se semear ainda erva, ter-se-ha então tentado utilizar toda a energia que o sol espalha sobre o campo durante o ano.

A utilização permanente da terra d'uma casa de lavoura pelas plantas cultivadas exige uma ordem de sequencia d'estas e cuidados de fertilisação taes que não sofra a productividade do solo; como o sistema de plantas a cultivar e as proporções em que entram no conjuncto requerem uma distribuição de labores que não embarace a vida agricola. É um problema de muitas variaveis: para uma região só se pode resolver em termos geraes.

(*Continúa*).

EZEQUIEL DE CAMPOS.

---

«De uma produção abundante depende o bem-estar, e o bem-estar é a melhor medida preventiva contra a anarquia».

LLOYD GEORGE.

«Deve-se antepor em Portugal a agricultura ás fábricas».

DOMINGOS VANDELLE.

## A SITUAÇÃO INTELECTUAL

### Breves anotações pedagogicas á ultima reforma de instrução secundaria

O método determina o programa.

O autor, em *O ensino como factor do resurgimento nacional*.

É sem duvida um doloroso dever, a que nos obriga a função que nos impusemos, o de falar na reforma da instrução secundaria; doloroso, porque a reforma é... o que é, e porque não duvidamos dos excellentes intuitos de quem ordenou esse trabalho, e dos que foram nomeados para seus colaboradores<sup>1</sup>; infelizmente, porém, os nossos reformistas da instrução não acreditam na pedagogia, ou a supõem sciencia que todos sabem sem ter o trabalho de pensar nela, o que monta afinal ao mesmo efeito; donde resultou agora, como era de prever, mais uma dessas grosseiras quinquilharias com que nos teem brindado, nestes ultimos anos, os governadores da instrução publica.

Anotaremos a reforma em si, sem insistir numa observação prévia: a de que não é assim, com simples modificações de regulamentos e de programas, sem agenciar meios de introduzir na escola novo professorado com novo espirito, que se reforma a valer em pedagogia. Bom é que se modifiquem os programas, desde que os programas existentes obriguem os professores a ensinar mal, ainda que pretendam ensinar bem; mas ficar-se por aí quem se laureia de reformador—é querer ter o gôsto de caçar tigrés num museu de feras empalhadas.

Comecemos pela preparação do professorado. Haverá, segundo a nova reforma, um só ano de estudos pedagogicos: já sabemos que a pedagogia, em Portugal, entra na categoria dos conhecimentos inatos. Ingorgita-se nesse ano toda a «teoria»; no seguinte o candidato vai á prática—a ensinar rapazes no liceu: já sabemos tambem que a prática e a teoria, na nossa pedagogia de sebentismo,

<sup>1</sup> Sobre a maneira como foram constituídas as comissões, v. o artigo do dr. Celestino da Costa no caderno anterior da *Pela Grei*.

são dois domínios incomunicáveis da actividade espiritual. Na escola faz-se a teoria; na vida faz-se a prática; o profissional pratica; o professor e o estudante são cogitativos, teorizantes, ideologistas e meditados. Diz-se que quando foi da pseudo-reforma de 1911, o sr. Guerra Junqueiro (que fez parte da comissão porque também é pedagogo) quis que se repartissem os ensinamentos em duas espécies e duas cidades: os teóricos em Coimbra; os práticos em Lisboa; ao Sul o sensível; o imponderável ao Norte. Não sei porque não vingou esta consagração corográfica.

«A prática pedagógica — diz a lei — será dirigida, em relação á disciplina ou disciplinas de cada secção, pelo respectivo professor de metodologia especial, e exerce-se nas aulas que esse professor reger no liceu». Não reza a lei, em qualquer outro ponto do seu texto, de professores de metodologia especial, e ficamos, por isso, sem deslindar o que tal seja; vê-se no entanto que se trata de professores liceais, de professores já existentes. Temos assim pois que, como se não ensina bem nos nossos liceus, empreende-se uma reforma dos estudos e remodela-se a Escola Normal, donde ha-de partir o movimento. Esta inicia os professores vindouros nas novas maneiras de exercer a arte, e envia-os depois para esse mundo, a apostolizar o espirito novo... sob a direcção do espirito velho. O legislador é o primeiro, portanto, a não tomar a sério a sua obra. Nem á obra, nem a nós...

Advirtamos na composição dos estudos pedagogicos. É a seguinte:

«Art. 14.º O ano de preparação pedagógica comprehende as disciplinas seguintes:

a) Cadeiras anuais:

«Pedagogia (com exercicios de pedagogia experimental);

«Historia da pedagogia;

«Psicologia infantil;

«Metodologia geral das sciencias do espirito;

«Metodologia geral das sciencias matematicas;

«Metodologia geral das sciencias da natureza;

b) Cursos semestrais:

«Higiene geral e especialmente a higiene escolar;

«Moral e instrução civica superior;

«Organização e legislação comparada do ensino secundario;

«Organização e legislação comparada do ensino primario, e obras complementares e auxiliares da escola.»

Primeira impressão: uma sopa de peixe sem peixe; um gigote de coelho sem coelho; um curso de Pedagogia sem Didacticas. Depois, releemos aí «Pedagogia». Poderemos entender por isso uma

didactica geral? E bastaria? Suponhamos. Mas topamos logo depois, no grupo das seis cadeiras anuais, metade delas completamente incompreensíveis: as tres metodologias. Que tem a escola normal com essa trindade de disciplinas? A metodologia de cada sciencia aprende-se, primeiro, ao estudar essa sciencia na Faculdade universitária; e depois numa cadeira de Logica, para quem queira sistematizar. Numa escola normal é que se não percebe. Mas como falta na lista qualquer didactica, somos levados a concluir que o legislador, por não saber o nome aos bois, disse «metodologias das sciencias» — partes da Logica <sup>1</sup> — quando pretendeu dizer «didacticas». Negreja porém outro misterio; ¿ porque se classificam as didacticas segundo aquelas tres especies: sciencias mathematicas, sciencias da natureza, sciencias do espirito?

Estas denominações foram colhidas da classificação das sciencias ideada por Wundt, e que trasladamos no seguinte quadro <sup>2</sup>:

1. Sciencias formais	}	— Mathematica pura.	
		— Fenomenologicas: Fisica, Quimica, Fisiologia.	
	da Natureza	— Geneticas: Cosmologia, Geologia, e Historia da Evolução organica.	
		— Systematicas: Mineralogia, Botanica systematica, Zoologia systematica, etc.	
2. Sciencias-reais	}		
		do Espirito	— Fenomenologicas: Psicologia.
			— Geneticas: Historia.
		— Systematicas: Direito systematico, Economia politica, etc.	

Está a ver o leitor a excentricidade. Não haverá, na Escola Normal Superior, estudos de didactica para mais de metade das cadeiras de que os seus alunos, depois, hão-de ir ser mestres no liceu: para as linguas (Português, Latim, Francês, Inglês, Alemão) para Geografia, para Desenho, para Trabalhos manuais. Estas disciplinas, no curso geral, 2.<sup>a</sup> secção, somam 19 horas por semana, contra 8 das restantes. Por outro lado, a didactica das sciencias do espirito resume-se afinal á da Historia, porque nem a Psicologia, nem o Direito, nem a Economia politica, fazem parte dos programas do liceu. Pomposidade de nome e desequilibrio com a outra cadeira, que fica com a Fisica, a Quimica, a Zoologia e a Botanica.

Encontra-se tambem, entre os estudos anuais, o da Psicologia infantil. Muito bem; — ¿mas entendeu o legislador incluir no mesmo

<sup>1</sup> Metodologia é o mesmo que logica aplicada.

<sup>2</sup> V. Wundt, *Einleitung in die Philosophie*, Leipzig, Verlag von Wilhelm Engelmann, Erster Abschnitt, II, § 7.

saco a Psicologia, a Psicologia infantil e a Técnica psicológica? É de mais para uma cadeira só. Assim os alunos só poderão sair com umas tenuíssimas tinturas em questões de Psicologia—com o que se pode absorver em casa, durante uma semana, lendo um tratado de qualquer autor.

Uma das cadeiras semestrais é a de «Higiene geral e especialmente a escolar». Higiene geral é um superfluo que vai sacrificar o necessário: o que o aluno deve saber do «geral» cumpre que o suponhamos já sabido; aliás, não haverá tempo suficiente para as questões profissionais,—para aqueles problemas de sanidade que especialmente interessam o professor, e relativos, uns, ao aluno e ao seu trabalho, e outros concernentes ao trabalho de quem ensina: higiene do aluno e higiene do professor, além da higiene da escola e das doenças das crianças.

«Moral e instrução cívica superior» é outra cadeira cujo título são cavamente enigmático. «Moral» será assunto para um curso de Filosofia. É realmente um curso de Moral que se pretende? ou trata-se de um curso de didáctica sobre os métodos de educação moral? E que significa «educação cívica superior»? Se acaso há uma educação cívica superior, e outras inferiores, primárias ou secundárias, é a superior que os normalianos devem ir ensinar para os liceus?

Nada diz o decreto sobre o ensino dos anormais.

Quando se alcançara nos trabalhos práticos, o legislador é o mais medieval, sedição e retrógrado possível, encarcerando os pobres alunos numa estreitíssima mentalidade. É a escola de pedagogia a adoptar—e a inculcar—o mais anti-pedagógico dos sistemas. No nosso tempo, em país algum civilizado se faz consistir o trabalho prático em reproduzir na aula, de memória, pontos que o aluno tira á sorte. Pois a lei propina isto:

«a) Conferencias feitas pelos alunos sobre pontos, tirados á sorte, de listas organizadas pelos professores. Estas conferencias serão duas em cada um dos cursos semestrais e quatro nas cadeiras anuais;

«b) Exercícios orais sobre a matéria já dada nas lições. Estes exercícios serão seis em cada um dos cursos semestrais e doze nas cadeiras anuais;

«c) Exercícios, escritos nas aulas, sobre a matéria das lições anteriores, sendo o assunto tirado á sorte no momento da prova. Estes exercícios são considerados como exames de frequência, sendo expressamente proibida aos alunos a consulta de quaisquer livros e toda a comunicação entre eles e com terceiras pessoas. Serão dois em cada um dos cursos semestrais e três nas cadeiras anuais, não devendo exceder a duas horas o tempo concedido aos alunos para a sua redacção.

«d) Um exercício escrito em casa, sobre assunto escolhido pelo professor <sup>1</sup> dentro da matéria do programa da respectiva cadeira ou curso e anunciado logo nas primeiras lições com os indispensáveis esclarecimentos bibliográficos;

«e) Exercícios de pedagogia experimental;

«f) Exercícios de psicologia infantil;

«g) Excursões científicas.»

É indiscreto a impressão de velharia, de cadaverismo mental, que tudo isto dá a um homem de hoje. Mas consideremos outro aspecto. Como, segundo a lei, «haverá trabalhos práticos em todas as cadeiras anuais e cursos semestrais do ano», só as alíneas *a*, *b*, *c* e *d* representam cento e sessenta e quatro trabalhos sem valor algum, ou melhor, anti-pedagógicos e nocivos. Cento e sessenta e quatro: mais do que um em cada dois dias. De modo que se aparecesse um aluno com vontade de empreender por si só, autodidacticamente (já que a escola, coitado, nada poderia dar-lhe que prestasse) um pedacito de estudo sério e aproveitável—via-se coarctado e abatido por essa dispersão alucinada com bugigangas embrutecedoras. Uma guia de marcha para Rilhafoles.

Se houvesse tempo e outro espírito, duas únicas disposições permitiriam ao estudante fazer trabalho aproveitável: as das alíneas *e* e *f*: exercícios de pedagogia experimental (o título é mal achado) e exercícios de psicologia infantil. Porém: 1.º, a lei não precisa, o que seria indispensável, as espécies de exercícios a fazer; 2.º *esses exercícios não podem ser trabalho pessoal, trabalho de algum prestimo*, segundo o que se deduz do art. 20.º:

«A assistência aos exercícios a que se referem as alíneas *e* e *f* do art. 16.º envolve para o aluno a obrigação de elaborar os *relatórios* que o professor julgar necessários sobre esses trabalhos.»

Trata-se pois de exercícios de aula a que o aluno assiste, e de que pode elaborar os *relatórios*; não se trata de investigação seguida e pessoal.

Tudo isto não é só nulo: é negativo, anti-pedagógico e deprimente; é a sujeição e passividade da inteligência do estudante. Em tudo isto se vê, não o remédio, mas o máximo agravamento do máximo erro em pedagogia. Solta-se um desgraçado da escola com perto de duzentas provas de papagueio; mas não só ninguém o obriga, que nem sequer a lei o deixa, por falta de tempo, tentar

<sup>1</sup> Nem ao menos aí se concede ao triste aluno uma pontinha de iniciativa!

um trabalho pessoal de investigação scientifica, de preparação didactica, ou de crítica; e no fim do ano, ei-lo a ensinar no liceu sem haver planeado e redigido uma série de lições; nem determinado níveis mentais; nem escrito a monografia de uma criança; nem investigado um problema de psicologia; nem analisado a obra de um pedagogista; nem empreendido a crítica de um compendio; nem apresentado um juizo sobre uma escola. Sai tão ignorante como entrou, e decerto com o espirito mais disperso, mais superficial, mais escravo, mais incapaz de trabalho proprio, e sobretudo mais desmoralizado e mais sceptico, convencido de que a pedagogia é uma burla, a escola um pretexto para ordenados, a instrução publica uma farçantada para «cavar a vida» e para «inglês ver». De todo o decreto reformador só não é uma miseria, só ficam afinal aproveitaveis — os titulos de cinco, ou antes, de tres cadeiras. Digam os reformadores se acham muito.

Qual foi a idea directriz da «reforma» de instrução secundaria?

Que relação tem ela com as necessidades nacionais?

Como se coordena o novo regime com o que precede e com o que se segue, — com a instrução primaria e a superior?

Não se sabe. Da leitura da reforma emerge a convicção de que o legislador não pensou em coisa alguma: nem em ter idea directriz; nem em dar á instrução uma finalidade; nem em ligar um elo com os outros elos; dispensou-se de saber o que fazia, para que fazia, e com o que fazia.

Quem redigiu os programas pressupôs que se vinha da instrução primaria sem nenhuma especie de cultura; e, pelo que respeita ás relações com o ensino superior, dá-se por exemplo o seguinte caso: o estudante que queira seguir para o commercio não acha preparatorios no liceu. Se segue o curso complementar de letras, estuda linguas em curso pratico mas não tem o necessario de sciencias: matematica, química etc.; se segue o curso complementar de sciencias, tem materia desenvolvida destas ultimas mas fica sem a prática das linguas; e nem num, nem noutro caso, recebe ensino de contabilidade.

A composição do curso ficou o que era, com algumas pequenas modificações. Marca a lei 30 horas de escola por semana, contra 26 de anteriormente. Ficamos com mais latim (êrro) mais Francês (êrro) menos Inglês (êrro) e mais História. Não havia, e passa a

haver, Sciencias fisico-naturais no curso complementar de letras, e Português no curso complementar de sciencias. Esta ultima disposição seria um beneficio, se o ensino do Português houvesse sido bem definido (que não foi). Temos Filosofia no curso complementar de sciencias, o que é louvável; mas por desgraça o programa. . . Não antecipemos. Foram aí, nos programas, as modificações mais importantes; vamos agora examiná-los nas suas linhas fundamentais.

Determinar que materias hão-de constituir um curso, suponhamos de fisica ou de botanica, é questão da competencia de um fisico ou de um botanico (nós ouviríamos para isso, no caso dos governantes, os conselhos escolares das escolas superiores); organizar porêem essas materias num programa de instrução, segundo uma ordem determinada, com convenientes tecnicas e materiais, é trabalho para ser feito por quem seja *pedagoga*. Entre os programas da reforma, os de linguas estrangeiras e de matematica devemos considerar como aceitaveis; dos restantes todavia somos obrigados a concluir que os individuos que os redigiram (por sapientissimos que muitos sejam, ou mesmo todos, nas sciencias de que trataram) desconhecem totalmente as questões de pedagogia.

O decreto n.º 5002, que reformou os programas de instrução secundaria, é uma juxtaposição de duas teias: o conjunto dos programas e a serie de instruções para os pôr em prática, — parte delas num introito geral, parte acompanhando cada programa; são, digamos assim, a letra e a música desta obra. Percorrendo a nova lei, e antes de qualquer crítica pedagogica, consignamos nela estes tres pontos: o desejo louvavel de não exigir muita matéria; a maneira leviana e arbitraria como se pôs em prática esse desejo; a contradição quasi constante, e as mais das vezes estrepitosa, entre os programas e as instruções. Quem obedecer ás instruções não pode ensinar segundo os programas; e quem se pautar pelos programas não pode obedecer ás instruções. Um horror patusco ao senso comum. *Levia hæc sunt. . .*

As instruções, por detrás da sua linguagem imprecisa, sem substancia, mascavada (ressalvando sempre as excepções já feitas) consagram o principio da intuição; mas o traçado dos programas contradi-lo redondamente. O legiferante, admitindo tal principio, ignora totalmente como ela se aplica; mais: não chega mesmo a compreendê-lo, a atingir o *abc* da pedagogia, baseando a estrutura dos programas na passividade do discipulo.

Não se dá vênica a esse principio, como o legislador engraçadamente imagina, não esquecendo o *sempre em pé* ao falar das leis do equilibrio; ele não se resume de maneira nenhuma em exemplificar com casos concretos (mais ou menos familiares ou mais ou menos brincalhões) as leis e principios que o professor expõe: é, sim, uma questão de *sequencia* e de *iniciativa* na elaboração de todas as materias. Seguir o principio da intuição é *refazer* a sciencia por certa ordem — a mesma ordem por que ela foi feita pela humanidade e pelos sabios; é levar o estudante a passar por esse caminho — inverso do que usam os scienistas quando, *descoberta* a doutrina, tratam de a *expôr* nos seus tratados. O sabio observa; entra depois num periodo de tentativas, em que formula certas hypotheses e procura verificá-las; para chegar, finalmente, ás leis, principios, classificações. Na apresentação sistematica, que vem depois, começa pelas delimitações, definições, classificações; enuncia as leis; demonstra o enunciado e exemplifica. *Expõe* ao inverso do que *fez*. A ordem pedagogica, o caminho da intuição, é o do processo de *descoberta*; uma marcha contrária á do metodo de apresentação, expositivo, tratadistico. *Essa marcha* (em que é activo o educando) *há-de impor-se na redacção de cada programa*, ou ver-se-há o professor na impossibilidade de a adoptar, de usar o principio que se lhe inculcou. O método determina o programa, e um bom programa de instrução ha-de ser um programa de *investigações*.

Posto isto, consideremos, por ex., o programa de Química.

Como sabeis, na natureza não há factos químicos para um lado, factos físicos para outro; ha factos, *tout court*, que se podem considerar sob vários aspectos. Os homens é que decidiram — depois de passarem muitos seculos a fazer física e a fazer química — dizer «física» quando estudassem os factos limitando-se a certos aspectos; dizer «química» quando estudassem os factos limitando-se a outros aspectos. O professor que começa a ensinar química não tem de preocupar-se com esta ulterior classificação; o que lhe importa, a ele, é fazer ver certos factos e certos corpos (os mais importantes na vida ordinaria) sob esse aspecto que se chama «químico», seguro de que mais tarde, com o andar do trabalho, a distinção entre física e química aparecerá naturalmente, por si mesma, e só então *perfeitamente comprehensivel*.

O programa da primeira classe corre assim:

«Experiencias simples de cujos resultados se tirem as noções de elemento e complexo, fenomeno físico e fenomeno químico, combinação e mistura.»

Só ulteriormente, segundo os programas, a criança ha-de conhecer elementos, combinações e misturas; mas tem de aprender desde já a diferenciar coisas que não conhece. Passemos ao programa do segundo ano:

«Conhecimento directo dos elementos mais vulgares ou faceis de conhecer (cloro, enxofre, iodo, oxigenio, cobre, chumbo, prata, ouro, mercúrio, etc.) e significação pratica dos simbolos que os representam.

«Conhecimento directo de alguns compostos mais vulgares ou faceis de conhecer (cloreto de sodio, sulfato de cobre, bicloreto de mercurio, etc.) e significação pratica das formulas que os representam.»

Deixemos por agora as objecções que levanta este programa, para notar que é só na terceira classe que nos encontramos com o seguinte:

«Corpo; substancia; propriedades.

«Experiencias simples feitas com o ar atmosferico, com o oxigenio e a agua. Dos resultados destas experiencias tirar as noções de afinidade, analise e sintese.

«Hidrogenio: sua preparação. Primeira noção de acido, de sal e de base. Propriedades e applicações.

«Oxigenio: sua preparação, propriedades e applicações...»

«Estudo elementar do ar e da agua.

«Azoto: sua extracção do ar; propriedades e applicações.»

Evidentemente, é por algumas partes da terceira classe que se deveria começar na primeira: conhecer corpos e suas propriedades; o ar; o azoto; o oxigenio; o anidrido carbónico; o hidrogenio; a composição da agua conhecida pela combustão do hidrogenio, etc. ¿Que experiencias poderão ser as «experiencias simples» da primeira classe pelas quais se ha-de aprender o que é elemento e composto, fenomeno fisico e fenomeno químico, combinação e mistura? Com que substancias se fazem elas? Se o aluno não começa por se familiarizar com substancias, essas experiencias tomam o aspecto de um espectáculo de prestidigitação. Querer que se possuam sólidamente as noções de elemento e de composto, de combinação e de mistura, sem que se conheçam de trato íntimo alguns elementos e compostos, algumas combinações e algumas misturas, — é exigir um impossível; é querer estorvar a compreensão. A ordem tratadística da exposição abstracta — a ordem anti-pedagogica, *a da passividade do educando*, — dominou completamente no espirito do legislador, levando-o a traçar um programa que é, sob várias luzes, embaraçado no seu conjunto e em cada uma das suas partes, como

seria fácil de demonstrar analisando-o em pormenor. Por agora, porém, o nosso objecto é só levar os leitores a que verifiquem, lendo os programas, a exactidão dêste nosso assêrto: a contradição assídua entre os programas e as instruções, e a marcha anti-pedagógica a que eles obrigam o professor.

Veja-se como começa o ensino da Geografia:

«Classificação dos astros. O sol. A terra. Forma da terra e movimentos de rotação e de translação. O dia e a noite. A sucessão das estações.

«Nomenclatura geográfica. Orientação. Plantas e escalas.

«Coordenadas terrestres, tendo previamente explicado numa esfera os circulos auxiliares.

«Descrição muito sumária dos principais accidentes morfológicos dos diversos continentes.

«Contrastes e semelhanças entre os diversos blocos continentais. Noções muito simples acêrca dos caracteres estaticos e dinamicos dos oceanos. Alguns aspectos das costas.»

Primeiramente, digamos que não é pelos astros que se deve começar, mas sim por aquela porção da Terra em que habita o estudante. Depois,—¿como pode o aluno classificar os astros, e entre eles incluir a Terra, antes de ter descoberto a forma da Terra e chegado a saber que tem movimento? ¿De que serve vir o legislador, nas instruções, recomendar que «na primeira classe deve o aluno alcançar um conhecimento muito elementar e intuitivo da natureza que nos cerca, convindo portanto exemplificar as primeiras noções com factos colhidos *na localidade*, e desenvolver-se o espirito de observação»? *Se assim quer e assim pensa, porque não o fez o programa nesse sentido?* Ou ignora que da redacção do programa depende a possibilidade ou impossibilidade de seguir um metodo determinado? <sup>1</sup>

¿Será *na localidade* que se vêem os accidentes morfológicos dos diversos continentes, os contrastes dos blocos continentais, os caracteres estáticos e dinamicos de cada um dos oceanos? Para estar de acôrdo com o pensamento das instruções, o programa deveria, por exemplo, começar pela planta da aula, da escola, *da localidade*; depois indicar, suponhamos, o estudo de um riachão *da localidade*, por onde se visse o que é fonte, curso, leito, margem direita e margem esquerda, afluente, etc.,—e assim outros accidentes geograficos, bem como os fenomenos meteorolo-

<sup>1</sup> Note-se: um bom programa é uma condição necessária, *mas não suficiente*, de um bom ensino.

gicos, biológicos e sociológicos mais simples, *examináveis na localidade*; exarar a notação, ainda, da marcha aparente do sol e sua posição nas diferentes horas, etc., — o que tudo se vê *na localidade*. Antes de fazer isto, a classificação dos astros é um dogma, aceito pelo aluno passivamente, e não uma conclusão da *sua* inteligência (*não é o conhecimento que importa, mas a maneira de o adquirir*); antes de desenhado o plano da aula, nada nos garante a compreensão do globo, a compreensão do mapa, onde hão-de ver-se oceanos e continentes, suas semelhanças e seus contrastes. Um programa aceitável de geografia poderia, por exemplo, começar assim:

*Cartografia.* Planta da aula, da escola, dos arredores mais próximos. Orientação real e convencional. Indicar itinerários sobre estas plantas e fazê-los reproduzir na realidade. Exercício inverso. Escala; plantas com escala. Apreciação de distâncias á vista.

*Fisiografia.* Um riacho da localidade: fonte, curso, margem direita e esquerda, afluentes, etc. Observação, na localidade, das formas do relevo: planície, colina, vale, etc. Construção de um relevo em barro e mapa desse relevo. Excursão á praia, ou estudo de estampas geográficas se a localidade não é marítima: golfo, estreito, ilha, cabo, formas da costa, etc. Observação de fenómenos meteorológicos.

*Fauna; flora; geografia humana.* Observação da flora e da fauna locais; relações. Exame dos fenómenos económicos locais: culturas, indústrias, comércio, transportes, moeda, estradas, correios, bancos, etc.

*Cosmografia.* Observações das quais se deduz a forma da Terra. Notação da marcha aparente do Sol no espaço; pontos cardeais; orientação. Observação da desigualdade dos dias e das noites e dos fenómenos característicos das estações. Observação do céu durante a noite: estrelas, planetas, fases da lua. Divisão do tempo.

Chegados ao Desenho, não é só o contrario do principio da intuição o que encontramos; não é só a ordem anti-pedagógica; é o contrario das palavras do legislador ao afirmar que o Desenho é, «segundo o pensamento da reforma, doutrina predominantemente artística», e «conducente a estimular o sentimento da beleza». Não discutimos agora se é justo ou não este pensamento; continuamos a apontar a teimosia de dizer uma coisa nas instruções, e fazer o contrario nos programas. O programa começa assim:

«Formação de sólidos geometricos, utilizando as planificações em cartão do material pedagógico.

«Formas geometricas planas, que limitam os solidos: sua denominação.

«Concorrença das arestas.»

Etc.

E por aí fóra, durante todas as sete classes, o Desenho é sem-

pre geometrico, nunca é desenho artistico. Sempre o contrario das instruções.

Com a Filosofia o estultiloquio continua. A Filosofia garante o legislador que é cadeira «que a reforma reduziu a uma simples propedeutica filosofica». Vai-se ao programa, — e *não* é um programa de propedeutica filosofica. Mas não há mister de comparar a música com a letra, o discurso com o programa, para encontrar a contradição. Ela está no proprio discurso:

«Finalmente a Filosofia, que a reforma reduziu a *uma simples propedeutica filosofica*, o que já indica uma orientação, sendo ministrada num estádio já adiantado dos estudos secundários e pondo em jogo todos os conhecimentos até então adquiridos, cumprirá a sua missão de *coordenar em sínteses gerais os conhecimentos adquiridos*; demonstrar a ligação que existe entre todas as formas da fenomenalidade, a solidariedade dos elementos psicologicos e a unidade da consciencia humana», etc.

Não insistamos na demonstração, a que o triste professor é obrigado, da solidariedade dos elementos psicologicos e da ligação existente entre todas as formas da fenomenalidade; mas perguntemos como ha-de a cadeira de Filosofia ser ao mesmo tempo uma simples propedeutica filosofica e uma síntese geral dos conhecimentos? É um prologo ou um epilogo? é uma conclusão ou é um in-troito? é um sobrado ou é um tecto? é uma entrada ou uma saída?...

Abarrotaria os alforques de uma mula de contrabandista a colecção dos erros de pedagogia acumulados nesta reforma:

tantos se apontam  
Que até na escolha o espirito se enleia.

A Botanica e a Zoologia são meramente descritivas (*passividade*) quando está dito e redito que não deveriam ser assim; o objecto do ensino da lingua patria foi anemicamente concebido; o programa de Quimica é confusíssimo, e todo ele de avanços e de recuos; no Desenho, unilateral e especializado, esqueceu-se completamente o caracter do ensino geral... Na impossibilidade de passar por tudo, anotarei umas instruções e um programa. Sejam as de Historia e o de Filosofia.

Eis pois as instruções sobre o ensino da Historia, que nos arredondam o seu bojo todo fanfarrudo de audácias, como uma

árvore a sua copa toda chilreante de pássaros. Deitemos a mão a qualquer tronco, e vejamos disparar a pardalada.

O reformador decidiu começar o ensino da Historia pelas biografias, durante dois anos. «Nesta secção — preceitua ele — o ensino da historia é essencialmente patriótico; nele se ministra ao aluno um conhecimento *integral* da historia patria, *decomposta* nas suas principais individualidades obreiras». Advirta-se de passagem que entre as principais individualidades obreiras da Patria portuguesa foram inclusos Frei Pantaleão de Aveiro, D. Leonor da Fonseca Pimentel, Bento de Gois, S. Frei Gil de Santarem, Bartolomeu de Gusmão, Jacob Rodrigues Pereira e Eça de Queiroz; e que no rol das personagens cuja vida se ordena ao professor que relate aos seus alunos se contam muitas de que não há dados suficientes para traçar uma biografia, outras cuja biografia não pode interessar as crianças, nem ser por elas compreendida. O legislador não faz idea do que é uma biografia para crianças, nem do que deve ser uma lição. Mas fechemos este parentesis. Refluamos ao essencial.

Começar a Historia por biografias foi uma idea que esteve em moda. Hoje é sabida por toda gente a debilidade de tal sistema. Com efeito, ele é um circulo vicioso. As verdadeiras personagens historicas são as que intervieram com resultado nos problemas sociais da sua epoca; para comprehender-lhes a vida é mister conhecer esses problemas, as condições historicas, o ambiente, as forças de que se serviram, etc., — quer dizer, é necessario conhecer a historia. Portanto, de duas uma: ou o mestre não entra nisso, e a biografia da personagem não passa de um conto da carochinha; ou entra, e então lá temos a vulgar historia, mas de maneira muito mais difficil, tortuosa, dispersiva, intercadente, fragmentada e desmetodica.

Seja porêem conio fôr, no que se não tem pensado (porque é um desafio ao senso comum) é em escolher esse processo para o efeito... para que efeito, meus senhores?... para o de dar com ele uma «visão *integral* da historia patria»! É o que se chamaria integrar diferenciando, reunir pela dispersão, sintetizar por metodos analíticos. Precisamente o que o texto diz: o integral decomposto, ou a integração separatista.

«Por estas biografias — vai explicando o legiferante, a respeito da 1.ª classe — se exaltarão o culto do heroismo nas suas diversas formas, impulsão, tenacidade, constancia no sofrimento e na adversidade, obediencia firme a um fito superior. Insinuar-se-há sobretudo aos educandos a concepção combativa da vida. As figuras de character, em que a passividade pre-

dominou, servirão principalmente para documentar as épocas, para as vitalizar, exemplificando, ora a exaltação do sentimento religioso, ora o fanático amor da pátria, tais como se observam, respectivamente, nos mártires e no Infante Santo».

Quer dizer, portanto, que a perspicuidade do legislador chega a isto:

1.º A impulsão como ideal educativo, como qualidade a que se deve «prestar culto» e «exaltar»;

2.º A concepção combativa da vida (mas combativa de que espécie? combativa para quê? que é a concepção combativa da vida, segundo o reformador?);

3.º Figuras de carácter, em que a passividade predominou (note-se que o texto não diz: «figuras em cujo carácter a passividade predominou», mas «figuras de carácter», etc., — aquilo mesmo que reproduzimos);

4.º Os passivos escolhidos — muito «principalmente» — para documentar e vitalizar as épocas;

5.º A exaltação e o fanatismo como ideais de educação;

6.º Os passivos exemplificando — «principalmente» — a exaltação do sentimento.

Assim instruído e educado, desliza o pimpolho para a 2.ª classe. Depois de bem estudadas na primeira, com aquela preferência que a lei estatui, as personagens vitalizantes em que a passividade predominou, principalmente eleitas como documentadores das épocas, o estudantito irá escabichar na segunda, diz o texto,

«figuras, de igual poder de sugestão educativa, mas de mais complicado carácter e *vida menos predominantemente activa*».

quer dizer, gente menos activa ainda que os passivos (aqueles em que a passividade predominou entram no grupo dos mais predominantemente activos). Entre estes pacatões ultra-passivos figuram D. João II, D. João de Castro, D. Francisco Manuel de Melo, o duque de Palmela, o padre Antonio Vieira, etc.

As biografias da 1.ª classe afirma a lei que são de «figuras de psicologia relativamente simples»; as da 2.ª classe são de «figuras de mais complicado carácter». Não sabemos o que autoriza a considerar psicologias simples as de S. Frei Gil, D. Pedro I, Infante D. Henrique, Fernão Mendes Pinto, Duarte Pacheco, D. João de Mascarenhas, Fernandes Tomás, — mais simples, em todo caso, que as de Afonso Domingues, Brotero ou Bartolomeu de Gusmão. O

legislador é teso em psicologias. E tudo para «proporcionar ao aluno uma visão integral (decomposta) da historia patria».

O ensino da Historia deve ser, segundo ingendrou a autoridade, «a extensão ao campo social do rigido causalismo que o aluno se habituou a verificar no dominio da natureza»; no entanto, o professor não deixará de mostrar, conforme se recomenda no mesmo texto, «a não repetição da historia, a frequencia do acidente, e a carencia de leis fixas» — quer dizer (se discursos tais tem um sentido) a impossibilidade de estender á historia aquele «rigido causalismo» das sciencias da natureza. O professor é obrigado a estender, e a mostrar a impossibilidade de estender. A extensibilidade do inextensivel.

Segundo toda gente que nisto pensa, um dos objectos de qualquer ensino é cultivar o espirito critico; ao ensino da historia, porém, tem sido esse objecto particularmente recomendado. Ora, o nosso reformador é original, como já sabemos; e porisso decretou que seria, não já só pela historia, mas pela *critica* historica, que se adquirisse . . . o quê?

«Tambem se contribuirá para que o aluno, vendo praticar algumas das *melindrosas* operações da critica historica e nelas colaborando, preste respeito e *fé* aos conhecimentos adquiridos.

¿E se o aluno, depois de iniciado nas operações da critica, e de verificar por esse modo quanto o apuramento da verdade é uma tarefa «melindrosa» (como diz muito bem sua ex.<sup>a</sup>) sentir que a iniciação lhe entreluz no espirito com os seus efeitos naturais, — os efeitos logicos, humanos, necessarios, inevitaveis: o passar a ter uma *menor* fé nos conhecimentos adquiridos? Que ha-de fazer o professor, se do ovo da galinha sai um pinto, e não um cágado? se da critica historica não brota a crença (ou aquele «descarado heroismo de afirmar») mas a duvida prudente do erudito e do scienista? Que se aguente; quem tem de integrar diferenciando, e ha-de estender o inextensivel, — bem pode com a critica dar a fé.

Mas se não é o suficiente para vos deixar

sem côr, sem voz, num êxtase, num pasmo,

penetremos agora' em um programa, o programa de Filosofia. Diz isto:

## VI CLASSE

«Da filosofia e do espírito filosófico. Os problemas filosóficos: o problema lógico, o problema cosmológico, o problema ético-religioso, o problema psicológico. Do método filosófico. Causas que fazem varias as soluções propostas para os varios problemas.

«Periodos principais da historia do pensamento filosófico e suas principais características.

Logica formal: processos do raciocinio e formas do conhecimento. Noção de sciência. Causalidade. Noção de lei scientifica. Necessidade e contingencia. Logica das sciências. Extensão e limites do conhecimento.

«Objecto e metodo da psicologia. Suas relações com as outras sciências. Distinção entre fenomenos fisiologicos e fenomenos psicologicos. Paralelismo psico-fisico, sua demonstração. Os elementos psicologicos e a unidade da consciencia, pensamento, sentimento e vontade. Sensação e representação.

## VII CLASSE

«Da moral e da moralidade. Génese dos sentimentos e dos principios morais. Temperamento e caracter, suas determinantes e suas classificações. Sentimento da personalidade. Da moral individual, familiar e social. Bosquejo dos principais sistemas de moral e sua crítica sumária. Elementos comuns aos vários sistemas. Conclusão; obrigações e sanções correntes na sociedade contemporanea.

«Leituras de trechos de autores filosoficos: Xenofonte, Platão, Aristoteles, Epicteto, Marco Aurelio, Séneca, S. Tomás, Descartes, Pascal, Malebranche, Spinoza, Montesquieu, Kant, Comte, Stuart Mill, Spencer, Bergson».

Vemos na disposição deste programa a Psicologia depois da Logica. Ora a logica, como logica formal, estuda os metodos de investigação, procurando reduzir a sua variedade a determinados tipos fundamentais, imediatamente derivados da natureza da consciencia humana, — base na psicologia; como teoria do conhecimento, tem por objecto os principios gerais do conhecimento, o seu valor, os seus limites, o que exige o exame psicologico da evolução da vida intelectual, — base ainda na psicologia. Logo, a Psicologia antes da Logica é o que devia ter posto o legislador.

Segundo o programa, determina-se o campo da filosofia sem que se fale nas sciências; nem uma unica vez, para amostra, a palavra «metafisica» (a idea de Deus foi tambem tabú<sup>1</sup>); não se explica

<sup>1</sup> É isto tanto mais para admirar quanto se ligou indissoluvelmente moral e religião (não sabemos porquê) num «problema ético-religioso». O problema é ético-religioso; mas depois encontra-se Moral, sem mais, e nunca se fala de religião, nem da idea de Deus. Primeiro, excessô de religião; depois, excessô de ateísmo.

o que se entendeu por «metodo filosofico»; e o estudo dos periodos principais da historia do pensamento e das suas mais essenciais caracteristicas não foi situado no lugar devido.

Na logica formal, o texto limita-se a dizer: processos de raciocinio e formas do conhecimento. Terminologia brumosa; mas vamos adiante: falta a logica do conceito e a logica do juizo. O programa tem horror ao juizo. Não se sabe o que pretendeu com a simples palavra «causalidade», nem porque está na logica das sciencias a «extensão e limites do conhecimento», que pertence á epistemologia, coisa em que o programa nunca fala.

Chega depois a Psicologia, e rompe com esta: «Paralelismo psico-fisico, sua demonstração». Ignora-se no Terreiro do Paço que o paralelismo é uma hipotese, impossivel de demonstrar; e como se não diz o que se entendeu por «elementos psicologicos» e «elementos da consciencia», não sei até que ponto será exequivel uma segunda demonstração, igualmente exigida, que é a da «solidariedade estreita dos elementos da consciencia». Pois demonstrando o indemonstravel, lá vai o programa de Psicologia a encaminhar-se para o ponto final, que é nas sensações e representações: a psicologia do sentimento e a da vontade foram excluidas. Cortou-se por aí; podia-se ter cortado por outro sitio. Quem tem a faca, o queijo e o programa na mão, bem pode cortar por onde lhe apeteer.

Ao escrever o programa de Moral, pingou da pena do legislador: «temperamento e caracter, suas determinantes e classificações». Deveria ter pingado mais cedo, na Psicologia; mas pingou agora: que fazer-lhe? Surgem depois a moral individual, a *familiar*, a social. Se vem o grupo social da familia, porque não vem qualquer outro, o da nação, por exemplo? A seguir, — «bosquejo dos principais sistemas de moral e sua crítica sumária». A crítica dos sistemas de moral não é para o ensino secundário, não sómente porque tal empresa excede as forças do estudante, senão porque não é recomendavel, nesse estágio, sob o criterio educativo. A crítica no liceu teria de ser superficialissima; e é um habito pernicioso (quer para a intelligencia, quer para o caracter) o da «crítica sumária» em materias desta ordem. E por essas criticas sumarias que se vai embicar, finalmente, neste digno remate de toda a peça: «Conclusão: obrigações e sanções correntes na sociedade contemporanea». Parece pois que as sanções correntes na sociedade contemporanea são a verdadeira conclusão dos estudos da Moral. A moral official vem a ser isto: acomodarmo-nos ás sanções correntes. E assim sucede que uma vez — per Bacco! — *O Diario do Governo* foi sincero...

Entre os autores filosoficos que se devem ler estão Séneca,

Montesquieu, e o sr. Bergson; mas faltam Locke, Hume e Leibniz, três dos maximos obreiros na evolução do pensamento.

Há também *instruções*. Dizem que «o ensino liceal da Filosofia tem por fim coordenar em sínteses gerais os conhecimentos adquiridos pelo aluno durante o currículo dos seus estudos»; ora, como o leitor viu, o programa nada tem com o que o aluno estudou durante o curso; nada de sínteses gerais de conhecimentos. Não seremos nós quem lho leve a mal; mas o certo é que, ainda outra vez, as instruções contradizem os programas.

Mandam depois que o professor demonstre (mais uma!) «a indissolúvel ligação que permanentemente existe entre todas as formas de fenomenalidade por ele estudadas», trabalho a que Hercules se esquivaria, mesmo depois de sustentar o mundo. «Pela aquisição de algumas solidas noções o aluno deverá aprender a contrair hábitos de reflexão e faculdades de abstracção», o que é, não um ovo, mas mil ovos por um real; e com as ditas faculdades de abstracção poderá compreender esta algaravia:

«Uma noção mais alta dos valores permitir-lhe-há adoptar uma escala de segura apreciação, que o guiará para altos ideais, acima dos estados precipitadamente impressionistas dos sentimentos, de harmonia com uma moralidade de sanções superiores.»

Pois é naturalmente com essas sanções superiores (as tais «correntes na sociedade contemporanea»?) com essa segura escala guiadora, e sem esses estados dos sentimentos precipitadamente impressionistas, que os alunos (como mandam a seguir às instruções) farão leituras de autores filosoficos «para se adquirirem hábitos de exactidão, de expressão e frequencia de linguagem abstracta». Que são «hábitos de expressão»? E porquê a «frequencia da linguagem abstracta»? A frequencia do *concreto*, das imagens e das metáforas, não desvaloriza elocução alguma, e existem obras de filosofia que são notaveis nesse genero, como por ex. as de Guyau.

E deixemos aqui esta negra barca, que foi para o leitor a do Purgatorio. Vamos a outra, que será a ultima.

O Regulamento da instrução secundaria (decreto n.º 4799) apresenta, entre os seus numerosos capitulos de disposições administrativas, um de doutrina pedagogica, intitulado *Da orientação do ensino*. É obra fraca, redigida com impropriedade, e consagração do máximo erro pedagogico: a passividade do educando; não

se revela aí a menor idea de como se deve dar uma lição. Haverá, segundo o texto, duas formas de ensino: «a forma de ensino em que só o professor tem a palavra», e «a forma de ensino por meio de interrogação e resposta». E preceitua:

«A forma de ensino em que só o professor tem a palavra dirige-se antes de tudo á actividade mental *receptiva* do aluno, e não só se destina de preferencia á *transmissão* de series de representações, de ideas, noções e juizos, mas tambem a servir de norma de exposição oral, com especialidade nas classes superiores.»

«A forma de ensino por meio de interrogação e resposta dirige-se de preferencia á actividade mental *reprodutiva*, e consagra-se á averiguação da firmeza e exactidão dos conhecimentos adquiridos pelos alunos, e tambem a completar estes conhecimentos ou a ligar-lhes novas noções.»

Como se vê, o legislador só admite no aluno duas formas de actividade mental: a receptiva e a reprodutiva; ouvir e papaguear. Das diversas formas de actividade, esqueceu precisamente a única autentica actividade; entre os varios objectos de ensino, passou em claro o verdadeiro objecto; dos distintos elementos da lição, relegou para o limbo o essencial. A forma de ensino em que só o professor tem a palavra não deve existir (ou só muito pouco) dentro dos muros de um liceu; a forma de ensino por meio de interrogatorio para fazer reproduzir os conhecimentos só deve empregar-se no exame, ou no que com exame se pareça (como as repetições da materia dada e as chamadas á lição). Na grandissima maioria de todas as horas é uma terceira forma de ensino, que a lei desconhece, a que deve ser empregada pelo mestre: a forma de interrogação socratica, ou, melhor, o metodo de descoberta, o metodo experimental, onde quem pergunta é o aluno (guiado pelo professor) e quem responde é o facto; o metodo pelo qual o aluno é conduzido a fabricar o conhecimento, a caminhar *por si* para a doutrina, a usar *produtivamente* do seu cerebro, a exercer, portanto, uma função intellectual que é a verdadeira actividade, — nem «receptiva» nem «reprodutiva», mas produtiva e criadora.

Este caso resume, explica e senhoreia toda a obra: diz o erro fundamental que, por baixo dos outros erros e leviandades, foi avariar a mole inteira — escola normal, organização, programas, instruções: o esquecimento total, imperturbavel, do primeiro principio da pedagogia: o principio da actividade do educando. A unica conclusão, portanto, seria enterrar toda a reforma, pondo-lhe o epitafio satirico que foi citado por Manuel Bernardes: *Hic jacet N. cujus virtutes brevitatis causa taceo*: aqui jaz Fulano, cujas virtudes omito por motivo de brevidade — e para não fazer

sorrir os bem-humorados, nem fazer chorar os pessimistas. Neste campo da instrução geral, como em tantos outros, deixou-se perder desgraçadamente a oportunidade de uma convulsão política. Callem-se porêm todos os lamentos: quem chegou a esperar-se, por ingénuo, procure esquecer mais uns decretos, mais uma negação da Desilusão; e entretanto, continuemos a combater com as verdades vitais a cegueira e a inercia dos «homens bons»,—dos que o poeta antigo, expressivamente, coroou com o epíteto de «bem nascidos».

ANTONIO SERGIO.

«Rara é a cidade ou vila do Alemtejo em que não se encontrem algumas pessoas principais que entretenham avultadas grangearias; muitos d'estes, não se dando por satisfeitos com as suas próprias herdades, tomam outras de renda com o unico fim de entreterem muito gado, deixando de semear as folhas competentes das mesmas herdades, com manifesto prejuizo da Republica, a qual necessita do fructo que são os generos de primeira necessidade».

A. HENRIQUES DA SILVEIRA (seculo XVIII).

«Pode ser facil fundar uma republica; mas não é facil fazer republicanos, e ai da republica que se apoia sobre os votos da ignorancia, do egoismo e da paixão!»

HORACIO MANN.

«Hoje a sciencia e a erudição entre as nações já livres deve ser ligada com a existencia real, servir aos progressos da civilização geral, applicar-se aos factos; e não é, decerto, dando á mocidade uma educação intellectual em nada conexas com o estado actual da sociedade, que se alcançarão esses fins. ¿Em que aulas inferiores é a mocidade instruida acerca das sciencias politicas e morais, e preparada, como entre os Gregos e os Romanos, para a prática das virtudes publicas e para exercer os direitos ou cumprir os deveres do cidadão?»

ALEXANDRE HERCULANO.

«A universidade contemporanea não deve ter por fim a conservação e transmissão dos conhecimentos adquiridos, mas a formação e selecção de homens aptos a satisfazer as complicadas necessidades da vida contemporanea».

WAXWEILER.

«Só podereis salvar a civilização de todas as classes se pudermos convencer de que a nossa civilização se acha baseada na justiça e no direito de todas as classes».

LLOYD GEORGE.

## A SITUAÇÃO SOCIAL

Necessidade urgente  
de uma Constituição Económica

Quanto a mim (já o disse n' *A Evolução e Revolução Agraria*) não ha modo nenhum de sairmos d' esta vida de revoluções e pronunciamentos emquanto não surdir á clara evidencia das necessidades imperiosas a realisar, integra e sã, uma constituinte económica, a qual terá na *pacífica* revolução agraria o seu fundamento.

É indispensavel que nós nos abastecemos *por produção nacional* do alimento completo de toda a Grei, pois que temos terra capaz de o produzir muito depressa com esforço bem pequeno. Mais: *é absolutamente indispensavel que nos sóbrem da produção do solo nacional muitas substancias alimenticias* (o que mais nos tem faltado) de que a Europa anda falha: cereaes, feculentos, legumes, açucar, fructa, carne, manteiga, queijo, etc., e não apenas quasi só vinho; e *muitas materias primas* — fibras vegetaes e animaes, madeiras e seus derivados, etc., — e não quasi só cortiça; *porque a produção agricola tem de ser infalivelmente o valor economico primario com que havemos de entrar no convivio das nações*, e não o restante valor industrial.

Emquanto não fizermos produção agricola até á suficiencia nacional de alimento e materias primas fundamentaes, estaremos «na casa onde não ha pão...», em revoltas e pronunciamentos, pois não se pode dar dos cofres do Estado a quasi toda a Grei dinheiro com que quasi toda a Grei possa viver, visto não haver maneira de esse dinheiro poder bastar para isso, nem de as circunstancias economicas e sociaes poderem então manter em equilibrio o jogo das clientelas politicas excessivamente povoadas e numerosas. A vida nacional estaria a trasbordar de preguiçosos nas sinecuras, e falha de trabalhadores *rendosos*<sup>1</sup> na produção fundamental que é a da agricultura e das industrias anexas; um grandissimo caldeiro de rancho para manter a Ordem, e muita papelada pelas secretarias de Lisboa e de todo o paiz, cheias de *pareceres* e não a relatar *obras*.

<sup>1</sup> Vide *Pela Grei*, p. 243 e 286.

A produção agrícola nacional nunca será suficiente, se continuarmos na evolução agrária que temos trazido. A Constituinte económica e social de Mousinho da Silveira e Aguiar, acabando com os vínculos e os dizimos, liquidando morgados e conventos, remodelando sizas e impostos, pondo malbaratadamente em giro as terras patrimoniaes da Grei, não modificára a educação do trabalho nacional, ronceiro e mal feito, e por isso não remodelára a ferramenta e as praticas ancestraes da lavoura, não promovera a rega extensa e a fertilisação racional da terra do paiz, especialmente do Alentejo, onde residem, desde a demarcação de Portugal, as leivas redemptoras d'este povo faminto e procreador de emigrantes, sahidos quasi todos da cultura do solo; como não trouxe outro ambiente agrario ao arranjo defeituoso do homem que remexe a terra com o homem que possui a terra.

Toda a vida já longa do ministerio a que tem estado affectos os cuidados pela Agricultura, tem-se limitado a manter pessoal burocratico de rendimento sensivelmente nulo quanto a estudos e experiencias do ambiente e da vida agrícola nacional, incapaz d'uma propaganda fecunda de melhores e eficazes processos de utilizar a terra, nem sequer promovendo uma distribuição larga de sementes, de animais reproductores seleccionados, de arvores e de vacinas<sup>1</sup>. Só coisas vagas, mal traduzidas do francez, dados geraes do conhecimento do solo, do clima, da economia rural; quasi nada do arranjo social do homem com a terra; nada dos motivos do pequeno rendimento do esforço de metade da Grei a cultivar o solo patrio, que mal a sustenta e lhe repele os filhos.

E, por seu turno, nos ultimos vinte anos da parte dos legisladores só uma protecção pautal erradamente prevista como eficaz para o paiz nos abastecer de trigo, agravada depois que começou a guerra, e o estabelecimento do credito agrícola que não imprimiu efeito notavel na produção do solo. Tantos anos de tentativas cerealíferas, custosas de milhares de contos á Grei, na terra larga do Sul do paiz, só levaram ao esgotamento da fertilidade do solo e ao agravamento das relações entre o trabalhador rural e o proprietario das terras. A pecuaria manadia volta, com a esteva e a charneca, a marcar a pobreza da terra do Sul e a nossa miseria de pão — sem nos sobrar a carne.

— Traz-os-Montes, o Minho, as Beiras e uma parte da Extremadura continuarão a crear nos campos ondas de gente para a emi-

<sup>1</sup> Vide *Agros*, p. 53, 2.º ano.

gração, sem surdir uma reforma agricola e industrial que lhes modifique, ampliando-a, a capacidade economica e demografica?

— Não haverá uma remodelação do imposto predial rustico que fomenta um arranjo mais amovavel do trabalhador da terra com os senhores do Alemtejo?

Aqui, no integramento proficuo da população do Sul na terra de feitio alemtejano, e na expansão das sobras demogenicas do Norte do paiz pela terra larga do Sul, estará a ressurreição d'este Lazaro que é Portugal, visto que o dinheiro dos emigrantes que temos tido e continuaremos a ter, só nos pode depauperar, e o abastecimento pelas Colonias de pão e do resto que nos costuma faltar, se fôr realizado por nós, não resolverá o desequilibrio de povoação e de trabalho na nossa terra da Iberia, antes o agravaria — e tal desequilibrio é a causa do insignificante rendimento nacional e da nossa estagnação.

Não têm querido ver os governos que a lesão maior da vida portugueza é uma anomalia agraria que sorve á Grei milhares de contos em protecção á Agricultura, e que não faz nem fará mais do que esterilisar a terra e desirmanar os homens. A grande corrente dos ruraes para as vilas e cidades, com o cortejo de vadiagem urbana, a grande fuga de gente dos campos pelos transatlanticos para o Brazil e para os outros paizes, as grèves dos trabalhadores agricolas, a superabundancia de operarios das construções civis por todo o paiz, e uma boa percentagem da alta dô custo da vida radicam-se na falencia da evolução agraria, por seu turno promovida pela má tributação e pela extravagante protecção á cultura cerealifera.

Sucedem-se uns aos outros os governos e as revoluções: cresce constantemente este desarranjo agrario, mal já crónico da vida nacional; mas, talvez por cobardia, ninguem fala na questão. Ela, se não fôr atendida, trar-nos-ha cada vez maiores desgraças. Urge promulgar e pôr já em execução uma prudente constituição economica que ao mesmo tempo resolva a nossa gravissima questão agraria: de pouco valerá a scisma de manter constituições politicas, se não cuidarmos tambem, em paralelo, da constituição economica e social.

\*

Alguns pontos fundamentaes em que terá de assentar uma constituição economica de vantagem nacional:

I—*Valorisação da Agricultura como fonte primaria dos artigos do nosso commercio externo:*

1.º — no nosso paiz da Iberia:

a) Remodelação, mesmo sem recurso ao cadastro (que seria muito demorado e carissimo) do imposto predial rustico n'estas bases:— imposto *proporcional á superficie territorial, mais uma taxa conforme a utilidade e a intensidade das culturas*<sup>1</sup>, de modo a tornal-o mais equitativo, mais justo perante a actividade agricola, mais proficuo para o entendimento do dono da terra com o rendeiro e o trabalhador agricola; e a promover o desenvolvimento equilibrado da agricultura nacional, bem como o chamamento á cultura cada vez mais intensa e perfeita, da terra semiabandonada, de exploração androfisica;

b) Augmento dos lucros das casas de lavoura pelos mais rendosos sistemas de culturas e pelos mais economicos processos de cultivo; para o que é necessaria uma intervenção proficua dos serviços officiaes da Agricultura;

c) Fomento das industrias agricolas: açúcar de beterraba, laticinios, chocolate, conservas, extracção de oleos, tratamento de fibras vegetaes, etc.;

d) Faculdades de credito e de vias de comunicação<sup>2</sup>; tarifas ferro-viarias convenientes;

e) Revestimento florestal e utilização racional do arvoredos.

2.º — nas Colonias:

a) Regime *proveitoso* de concessões de terra, e estimulo á valorisação das regiões já servidas por caminhos de ferro e estradas—tarifas convenientes ferro-viarias e de transportes maritimos; estudo a serio da capacidade agricola das terras colonias susceptiveis da povoação pelos europeus, e realisação dos requisitos para tal efectivação; valorisação nas Colonias da parte mais apta da nossa gente que iria á emigração;

b) Educação do indigena e realisação das obras necessarias para o augmento e valorisação da sua producção agricola.

## II—*Valorisação da Industria como actividade concorrente com a Agricultura para o intercambio:*

<sup>1</sup> Do quantitativo e da distribuição d'este imposto nos ocuparemos em numero proximo de *Pela Grei*.

<sup>2</sup> A realisação da maxima parte das medidas de fomento parece que exige uma organização administrativa diferente da actual, quer no Estado quer nos municipios; e o resurgimento das provincias.

a) Aproveitamento imediato dos valores hidro-electricos mais importantes pela finança portugueza <sup>1</sup>.

b) Obtenção da maxima parte das materias primas da agricultura do nosso paiz da Iberia e das Colonias; utilização em proveito nacional dos recursos mineraes do territorio portuguez;

c) Adextramento em producção industrial muito rendosa, pela instalação conveniente das oficinas e das fabricas, pela administração e trabalho economicos, fundados nas investigações do rendimento individual e fabril.

### III—*Valorisação do Comercio para a estabilidade da nossa economia e da nossa finança:*

a) Colocação nos portos nacionaes das mercadorias para o comercio externo em termos de venda facil no estrangeiro;

b) Transportes maritimos nacionaes pelo menos tão vantajosos como os estrangeiros;

c) Relações e tratados internacionaes; agentes commerciaes eficazes para a venda dos artigos nacionaes em boas circumstancias.

### IV—*Valorisação da Grei para a nobilitação de Portugal no convívio das Nações:*

a) Educação de toda a gente portugueza para o trabalho *rendoso* que leve, pelo menos, ao sufficiente bem estar individual, á formação do character, e ao equilibrio, maximo rendimento e maxima valorisação internacional do trabalho da Grei;

b) Desmobilisação e licencimento de tropas, ficando só o minimo de gente nas armas;

c) Aplicação á burocracia dos metodos de trabalho rendoso; reorganisação e redução dos quadros burocraticos, em harmonia com a administração scientifica;

d) Aproveitamento em trabalho util á colectividade e a eles mesmos de todos os delinquentes;

e) Ajuizado emprego para valorisação da Grei, dos dinheiros dos impostos, das terras e dos haveres patrimoniaes;

f) Povoamento das regiões de pequena densidade de população por nucleos de gente agricola-industrial, nos sitios de bom aproveitamento economico;

<sup>1</sup> Eu desejo tocar a rebate para a defeza d'estes nossos valores que estão em risco eminentissimo de serem amanhã (se já não são hoje, pelo menos virtualmente) do estrangeiro, e sem razão nenhuma.

g) Canalisação para os misteres mais proficuos á dignidade nacional, das gerações moças e dos mal ocupados que iriam fugir do paiz pela emigração.

Todas estas providencias se fundamentam: 1.º no augmento rapidô da producção agricola, o qual por seu turno depende essencialmente: no Norte, de educação a fazer urgente e largamente; no Sul, de um arranjo agrario a promover rapida e eficazmente pelo imposto; e nas Colonias do tino governativo da Metropole; 2.º na utilização imediata do Alto Cavado, do Guadiana e do Degebe, e oportuna do Douro; 3.º na construcção seriada de navios *portuguezes* para portuguezes.

São estes os pontos de repouso de toda a actividade que poderá resurgir o Lazaro—o desorganizado Portugal, pobre como o Job da Biblia nos tempos de infortunio... ele que podia tão bem ser riquissimo.

*Pela Grei* continuará teimosamente o seu labor de formar uma opinião publica consciente para o resurgimento portuguez; e tendo lançado, no Suplemento n.º 1, o seu Esboço de Programa de Fomento, empenhar-se-ha em pormenorisal-o e em aperfeiçoal-o, a ver se o que ha de mais urgente e estructural n'ele encontra o seu dia e o seu Lloyd George para a realisação.

EZEQUIEL DE CAMPOS.

---

«Na civilização moderna a faculdade mais preciosa é o talento de organização».

LYSIS.

«O homem cujo horizonte mental se confunde com o horizonte visual dos partidos nunca será capaz das virtudes que assinalam os grandes regedores de povos: o equilibrio intelectual na luta, a firmeza nos revezes, a magnanimidade no triunfo. A ambição facilmente os desvia do patriotismo; a politica oculta-lhes a humanidade; o presente eclipsa-lhes o futuro».

RUY BARBOSA.

«O problema da habitação barata é um problema de transportes. Em todas as aglomerações em que o habitante da cidade encontrou transportes rapidos e baratos, ele foi instalar no campo, ao ar livre, a sua casa e a sua familia».

VICTOR CAMBON.

«É a criação outro segundo nascimento; e, se em alguma coisa difere do primeiro, é só em ser mais poderoso este segundo».

D. FRANCISCO MANUEL.

## COMENTARIOS

## Ideas e Factos

**A Crise Economica nacional em relação com o fim da Guerra.**— O fim da guerra, que era uma boa esperança para quasi toda a gente e foi um pezadelo momentaneo e inesperado para muitos negociantes, não trouxe ainda melhora sensivel á nossa situação economica.

A normalisação dos preços e da vida portugueza só poderia estar agora a caminho de realisação, se desde o começo da guerra, em vez de só cuidarmos de importar do estrangeiro aquilo que nos era mais necessario, e de distribuir atabalhoadamente aquilo que produziamos deficitariamente, tivéssemos orientado a actividade nacional de modo que hoje houvesse o abastecimento *com os recursos nacionaes* de cereaes panificaveis, carne, gorduras alimentares e energia industrial. Aqui os quatro elementos dominantes da vida e da paz interna em Portugal.

Falhos como vinhamos do pão e do restante alimento, e dependentes do carvão estrangeiro para movimentar a industria, só podiamos contar com a alta do preço de todos os succedaneos dos cereaes panificaveis, dos azotados vegetaes e de todas as gorduras alimentares quando a guerra nos impedisse do abastecimento franco pela importação. Não valeu de nada toda a serie de tabelas e mais providencias do governo para manter em preços toleraveis as batatas e todas as farinhas e massas, os feijões, o grão de bico, a fava e até os tremoços e as bolotas que podiam substituir o pão e a carne; como de pouco valeu a lenha para uma substituição *satisfatoria* do carvão de pedra estrangeiro. Nem com todos os substitutos d'aquelles quatro artigos fundamentaes da vida se conseguiu abastecer até á concorrencia franca o faminto mercado interno: é não tendo havido a mais elementar providencia nacional para, durante os longos quatro anos que durou a guerra, nos acautelarmos com a producção indigena assegurada e sufficiente de pão, de carne, de gorduras alimentares e de energia— tudo coisas que a nossa terra podia produzir até á larguissima superabundancia se tivéssemos tido juízo, pois que tivemos tempo e dinheiro em demasia— resta-nos a resignação portuguezissima de esperar com a bolsa aberta, enquanto ela tiver dinheiro e credito, e com o estomago mal aconchegado, que o mundo alheio nos possa abastecer, pelo preço que nos quizer ditar, d'aquilo que já hoje contavamos receber d'ele á farta e a muito baixo preço.

— Cereaes estrangeiros?

O governo ha-de querer cobrar os direitos alfandegarios, como sempre tem feito, pois não se privará dos milhares de contos certos d'essa receita, e tambem porque entende que só assim poderá assegurar a producção á agricultura seareira do Sul em que desejará assentar a sua estabilidade politica <sup>1</sup>. Mas gastar cereaes estrangeiros significa ter pão caro, pão muito

<sup>1</sup> Escrevo estas linhas nos dias movimentados da restauração da monarquia: compro o pão de milho a 30 centavos o quilogr. nas margens do Douro. Anunciam os caciques locais que a broa vai baixar para menos de 10 centavos o quilogr.: agora, quando a colheita pas-

caro e deficiente, pão incerto e lavoura nacional em jogo de azar nas colheitas.

A deficiência de carne de vaca está relacionada com a pecuária manada e de alimento espontâneo na terra larga do Sul, certo como é que o Norte do país não sabe tornar mais denso o seu gado vacum, e não é capaz de substituir a carne de vaca por carne de suíno, por não ter milho em abundância, nem apreciar os seus sucedâneos na criação e engorda dos porcos, ou por carne de carneiro e de chibato, por não poder e não saber ampliar os seus rebanhos ovinos e caprinos. — E o estrangeiro não nos manda *frozen meat*.

Não somos capazes de nos abastecermos de gorduras, nem das de origem vegetal em que o azeite predomina — não ha oliveas novos no nosso país — nem de origem animal em que sobresaem a manteiga de vaca e a de porco.

A energia para a industria não ficará tão cedo assegurada pelo carvão importado a preço regular.

O estrangeiro, todo empenhado em captar os mercados dos povos inimigos vencidos — a Russia, a Alemanha, a Austria, a Turquia e as gentes balticas — não tem tempo nem proveito de maior em cuidar de nós que nem somos na Europa de grande territorio e de numerosa população, nem inimigo comercial a explorar ou a vencer de todo.

Assim a esperança da vida barata no fim da guerra foi enganadora. A alta dos preços de tudo acentuou-se desde o começo de 1919. Em alguns concelhos do Norte ha já a quasi verdadeira fome de pão...

Quiz a governação portugueza preocupar-se apenas com a distribuição dos generos que podia apanhar á agricultura e ao commercio, fazendo tabelas para tudo, cobrando multas de estarrecer a alguns incautos, e impondo o manifesto de tudo a todos.

— E que surdiu de tanta prosa no «Diario do Governo» e dos editaes pelas esquinas das ruas?

Nem uma providencia sensata e *proficua* para o aumento da produção nacional d'aqueles quatro artigos fundamentaes, em que assenta afinal toda a trama dos preços das restantes cousas. — E. C.

**A proposito do plano de reclamações operarias.** — Já ficou dito n'esta revista (v. p. 224 e 225) que era de esperar da parte dos operarios de todo o mundo em guerra prementes reclamações de melhoria de vida, e que taes reclamações em Portugal deviam ser ponderadas pelo governo (v. p. 239). Este, porem, não quiz receber as reclâmações, e muito menos discutil-as, amoldal-as á maxima vantagem nacional, e realisal-as no que fosse possivel: e parece que se perdeu então uma ocasião bem azada de fazer politica boa para a Grei.

— O que contava pedir a União dos Operarios?

«1.<sup>o</sup> Revisão e rectificação dos preços dos generos de produção

---

sada estará toda bem arrecadada por altissimo preço, e com os transportes maritimos custosos e os mercados colonial e estrangeiro bem altos, só se poderá obter o pão de milho a menos de 10 cent., ou defraudando os cofres do Estado vendendo barato o que se compra caro, ou por uma subscripção quantiosa entre os esteios do regime — ambos processos de muito incerto exito.

nacional continental, em harmonia com as tabelas elaboradas pela U. O. N., tendo em vista o augmento dos salarios, dos adubos, das sementes, etc., preços que em caso algum poderão ir alem de 50 por cento sobre os que vigoravam antes da guerra nos seguintes generos: *de origem vegetal*—arroz, azeite, batatas, cebolas, feijão, fava, grão de bico, hortaliças, milho, trigo, pão, carvão, linho, lenha e forragens para gado, etc., etc.; *de origem animal*—carnes frescas e de conserva, leite, queijos, ovos, peixe fresco, em salmoura e em azeite, lãs, solas e cabedaes, etc., etc.

«10.º Intensificação da producção agricola, facultando o Estado aos agricultores conhecimentos, instrucções modernas, credito, gado, maquinas, alfaias, sementes e adubos.

«11.º Socialisação dos baldios e terrenos camararios incultos, que serão entregues á exploração dos sindicatos dos trabalhadores ruraes e dos quaes estes se tornarão, por titulo gratuito, usufructuarios, durante um periodo nunca inferior a dez anos, devendo o Estado e os municipios fornecer-lhes adubos, sementes e credito que poderá ser cobrado no fim da colheita, facultando-lhes tambem maquinas, alfaias, gado, etc.»

Quanto á carestia da vida ainda outras reclamações, como de quem pede muito para alguma coisa obter.

O governo podia ter respondido pouco mais ou menos isto:

«Pretendem os trabalhadores ruraes cultivar baldios e terrenos municipaes incultos, como pretendem a fixação de preços aos generos de producção agricola. O governo entende que os terrenos baldios não têm, em geral, boas condições para serem aproveitados pelos trabalhadores ruraes d'um modo rapido e economico, e darem-lhes um usufructo rendoso; não acudiriam, pois, facil e largamente, á carencia de generos alimentares. Por isso o governo vae facultar a renda em condições muito modicas e duradouras de terra boa, em sitios a combinar com os delegados dos trabalhadores ruraes; como vae facultar todos os meios de cultivo. E pelos preços por que os trabalhadores ruraes obtiverem os generos agricolas para a venda, correctos pelas taxas que tornem a terra explorada por aqueles nas condições da terra da restante lavoura, o governo obrigará a venda da restante producção agricola nacional.»

Era muito facil ao governo arranjar terra nos districtos de Portalegre, Evora, Beja, Santarem, Lisboa e Faro em condições de barata-e lucrativa exploração agricola, arrendando em cada um umas centenas de hectares agricultaveis. Com umas dezenas de contos facultaria, alem da terra, todos os meios de cultivo, mas *completamente todos*, a tempo e horas. E ficaria á prova a capacidade productiva dos trabalhadores ruraes: seriam eles quem dictaria os preços dos generos agricolas.

—Resolviam a producção barata?

Tanto melhor: impunha-se ao governo a obrigação de continuar a prover os trabalhadores ruraes de terra e de meios de cultivo para transformarem uma nação famintá n'um povo agricola a ser contado na riqueza mundial, no rol das nações progressivas. Tanto melhor para todos, inclusivamente para os grandes *landlords* que veriam as suas terras a darem maior renda e ficariam livres de aturar trabalhadores ruraes.

—Faliam estes nos seus intentos de produzir abundantemente e barato?

—Iam mesmo a uma serie de desastres nas tentativas que fizessem?

Tanto peor para todos: mas ficavam os operarios sem auctoridade para reclamarem dos outros lavradores coisas que eles, *com todos os meios de trabalho*, não foram capazes de fazer; e dos governos limitações de preços que seriam injustas.

De ambas as maneiras lucraria o governo.—Dava bom resultado a experiencia? Lá vinha o apoio dos ruraes, importantissimo por metade do paiz (por todo o paiz, que o Norte começaria a passar para o arroteio do Sul, em vez de continuar loucamente na aventura da America), e com o apoio dos ruraes a simpatia franca das massas operarias civis, apoio de belos resultados por estimular uma politica agraria de benesses para todos, apoio que vinha do amago estructural da nação, apoio muito menos perigoso que o das baionetas arregimentadas pela melhoria do soldo e do caldeiro do rancho (quem se equilibra em pontas de baionetas acaba por morrer espetado n'estas).—Não dava bom resultado? Perdiam-se umas dezenas de contos na experiencia; mas o governo ganhava em auctoridade que é o maior capital dos governos. E a gente, gastando assim muito menos do que em qualquer pronunciamento ou revolução, ficava a saber que não podia contar por enquanto, sem mais outros factores, com a iniciativa e a organização dos trabalhadores ruraes para resolver o nosso abastecimento de artigos oriundos da lavoura.

O governo quiz ir ao encontro das reclamações operarias com os decretos da utilização dos baldios, dos premios da cultura dos cereaes, e o da isenção do pagamento da contribuição de registo nas compras de terrenos de charneca e dos destinados a colonias agricolas (Setembro de 1918). Mas todos eles não vão influir quasi nada na riqueza agricola, como não removem nenhum dos embaraços da questão agraria.

Andam todos a fugir ao inevitavel, a cavar um abismo cada vez maior, por quererem ladear a questão agraria portugueza: é tempo ainda de a tomar de frente, emparelhando os interesses dos proprietarios e dos trabalhadores ruraes.—E. C.

**Sobre o nosso "Esboço de um programa de fomento".**—No *Independente*, de Loanda, o snr. Loureiro da Fonseca, notando que no nosso *Esboço de um programa de fomento* não figuram as colonias, explica o caso desta forma: «A causa d'êste olvido não é difficil de investigar. Neste meio essencialmente *tapageur* onde se desenrola a vida portugueza, as colonias não aprenderam ainda a fazer o barulho indispensavel para que delas alguém se lembre, e porisso aqueles que por lá mourejam são considerados fóra da Grei.»

Por acaso, os dois mais constantes colaboradores da *Pela Grei* já mourejaram pelas colonias. Um fez por lá a maior parte da sua faina de engenheiro; o outro lá nasceu, lá passou a infancia, lá voltou como official de marinha... A razão de não figurarem as colonias é muito outra. O *Esboço* foi redigido e publicado como um plano de realizações *imediatas* quando ainda ninguem via fim á guerra, ninguem cria no desfecho rápido que ela teve; e porisso nos pareceu que nas colonias se não poderia fazer por então uma obra larga e *imediate*. Eis o caso.

No *primeiro* numero da nossa revista, na sua *primeira* pagina, pode vêr-se que *começamos* o nosso programa desta forma:

«Pela Grei quer dizer: pela Nação, pelo povo, pela comunidade por-

tuguesa; a Grei não é só a colecção, ou uma colecção de individuos que falam a nossa lingua e vivem sob o govêrno do Estado portuguez, na metropole e fóra dela, desde Macau ao Brazil e desde Timor ás Sandwich; a Grei é sobretudo essa grande familia quando considerada no aspecto moral que faz dela um todo, etc.»

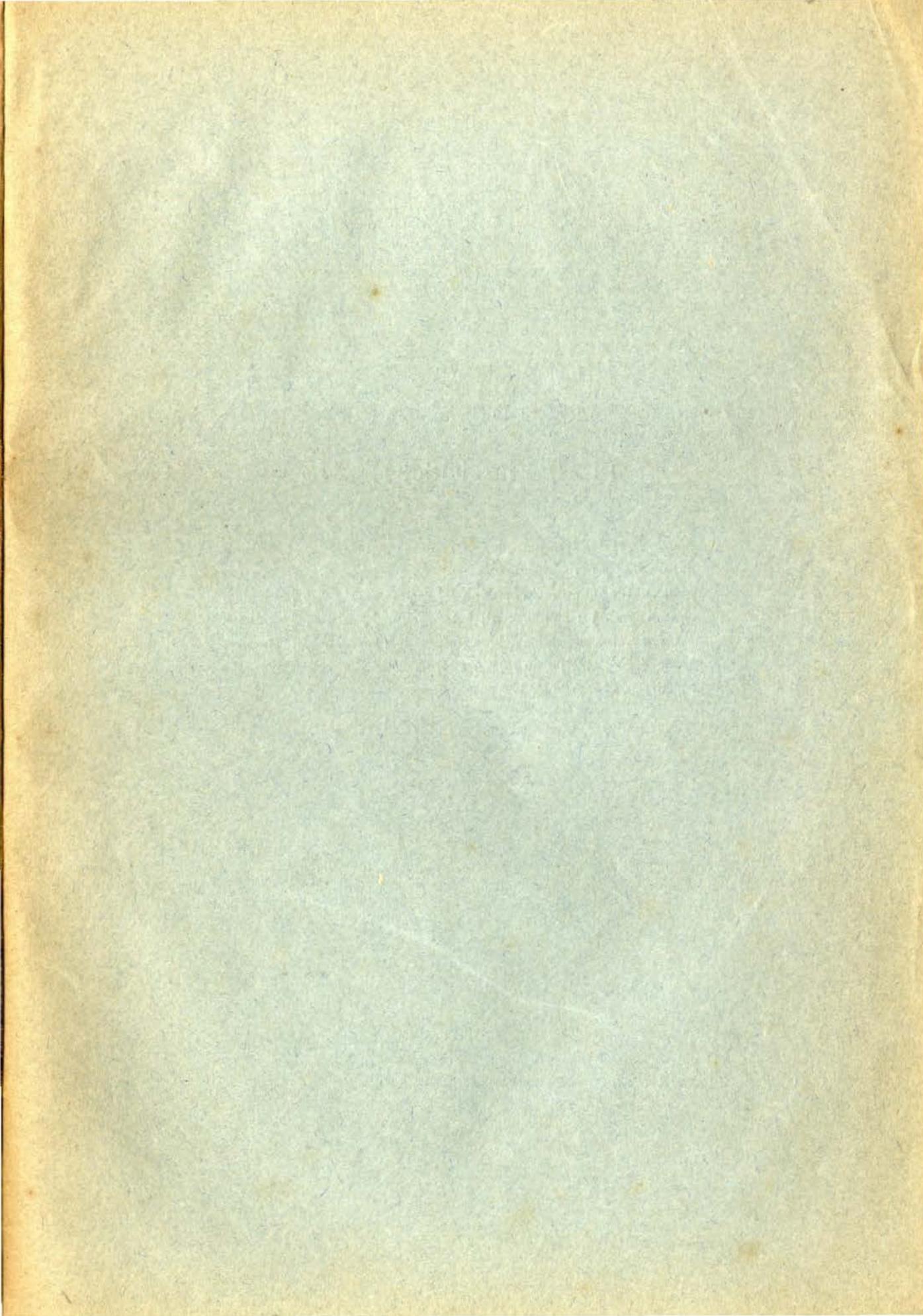
Diante destas provas, cremos que o *Independente* e o seu colaborador se convencerão de que, ao contrário do que julgaram, ás colonias, para nós, não estão fóra da Grei. Quanto ao *tapage* nacional, não é ele, decerto, que mais tem influido nestas páginas. — A. S.

**Reformas de instrução.**—E já que falamos de criticas e de *tapage*, vem-nos á lembrança que alguns professores, ao que parece, acham que em matéria de instrução pública temos mais criticado o que existe, do que mostrado o que deve existir. Supomos que esta opinião só a pode ter quem muito pouco nos tenha lido, ou nos tenha lido desatentamente. O que nos parece é que a pedagogia official se não importa nada com as nossas palavras e com as nossas lanças de torneio.

Um exemplo. Com o fim explicito de dar elementos de orientação se fizeram, antes de se iniciarem as ultimas reformas, conferencias promovidas pela Sociedade de Estudos Pedagogicos, — lanças de torneio. Ora, os reformadores não fizeram caso algum do que se disse, nessas conferencias. Comnosco, como com os outros conferentes, assim succedeu. *Tudo* que dissêmos foi desprezado; mas citaremos dois pontos especiais. Um deles é o dos cursos complementares, segundas secções ou segundos ciclos, na instrução secundaria. Mostrámos que a divisão em *letras* e *sciencias* era insufficiente; e, quer na conferencia, quer numa discussão que ela provocou na S. E. Ped. (mais lanças de torneio) chamámos especialmente a atenção para a necessidade de pensar nos estudantes que deveriam seguir para o commercio. *Ninguém discordou daquela insufficiencia e desta necessidade.* Pois vem a reforma e... continuam só dois ciclos, e não se pensou nos commercialistas, que, como mostramos neste caderno da revista (p. 295) ficaram sem preparatorios no liceu.

Outro ponto: o estudo da zoologia e da botanica. Mostrámos o erro pedagogico do método official; dissemos qual o método que, em nosso entender, o deveria substituir; publicámos para uso dos mestres um livrinho em que exemplificámos o processo preconizado. *Ninguém nos contestou a justeza da pregação;* três ou quatro professores nos apoiaram; pois vem a reforma e... ficou o que estava.

¿É isto, ou não, só conceder importancia a processos de *tapage*? ou, pelo menos, forçar um homem a enristar lanças — de batalha? — A. S.



PREÇO D'ESTE NUMERO

(1  $\frac{1}{2}$  fasciculos): \$15

*Pela Grei* não tem periodos determinados de publicação; a assinatura faz-se por séries de 6 fasciculos de 32 páginas. Cada número pode conter um ou mais fasciculos. Preço por série de 6 fasciculos: continente, \$60; colonias, 70; estrangeiro, 4 francos, 3 shillings.

Os numeros atrasados devem ser pedidos, em Lisboa, á tabacaria Monaco, Rocio, 21; e no Pôrto, á Renascença Portuguesa, rua dos Mártires da Liberdade, 178.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. DO SALITRE, 55, 3.º, LISBOA